

De agosto de 2003 a 30 de junho de 2005, exerceu funções de técnica superior no Gabinete de Gestão do PIDDAC do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça.

De outubro de 1996 até abril de 2002 desenvolveu a sua atividade profissional em empresas do setor privado.

206216534

Direção-Geral da Administração da Justiça

Declaração de retificação n.º 845/2012

Por ter sido publicado com inexatidão o despacho (extrato) n.º 4908/2012, do diretor-geral, de 28 de março de 2012, publicado em 10 de abril de 2012, relativamente às atuais categorias dos oficiais de justiça a seguir mencionados, retifica-se que onde se lê:

«Hugo Miguel Dias Gomes — Escrivão auxiliar.»

deve ler-se:

«Hugo Miguel Dias Gomes — Técnico de justiça auxiliar.»

onde se lê:

«Sara Celina Fernandes Ribeiro — Técnica de justiça auxiliar.»

deve ler-se:

«Sara Celina Fernandes Ribeiro — Escrivã auxiliar.»

e onde se lê:

Susete Sousa Castro — Escrivã auxiliar.»

deve ler-se:

«Susete Sousa Castro — Técnica de justiça auxiliar.»

22 de junho de 2012. — A Diretora de Serviços, *Helena Almeida*.
206218413

Despacho (extrato) n.º 9081/2012

Por despacho de 2012.02.28 do Diretor-Geral:

Natividade Nicolas Perez Arranhado, Técnica de Justiça Auxiliar dos Serviços do Ministério Público do Tribunal de Instrução Criminal e Departamento de Investigação e Ação Penal e Fiscal de Lisboa — foi exonerada a seu pedido, com efeitos a 31.01.2012.

11 de junho de 2012. — A Diretora de Serviços, *Helena Almeida*.
206218373

Despacho (extrato) n.º 9082/2012

Por despacho de 2012.04.18 do Diretor-Geral:

Francisco Luís Evaristo Peixoto, Escrivão de Direito na situação de supranumerário, afeto ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada — exonerado a seu pedido, com efeitos a partir de 01.06.2012.

14 de junho de 2012. — A Diretora de Serviços, *Helena Almeida*.
206218495

Direção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extrato) n.º 9083/2012

Por despacho do Diretor-Geral dos Serviços Prisionais, de 18 de junho de 2012, torna-se público que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a trabalhadora Valentina da Costa Mesquita concluiu com sucesso, o período experimental na carreira/categoria de assistente técnico, com a avaliação final de 16 valores, na sequência da celebração, com esta Direção-Geral, do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 28 de setembro de 2011.

20 de junho de 2012. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.
206215043

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa

Despacho (extrato) n.º 9084/2012

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, de 9 de maio de 2012, e após cumprimento do disposto no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, conjugado com o disposto no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na categoria da técnica superior Jacinta da Conceição Ferreira Bandarrinha, na Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e mantido o mesmo posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional do organismo de origem — Câmara Municipal de Loures, entre a 4.ª e a 5.ª posição remuneratória, e entre o 23.º e o 27.º nível remuneratório, a que corresponde o montante de 1.750,73 €. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

28 de junho de 2012. — O Presidente do Conselho Executivo, *Germano Farias Martins*.

206216112

Despacho (extrato) n.º 9085/2012

Por despacho do Presidente do Conselho Executivo da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, de 9 de maio de 2012, e após cumprimento do disposto no artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, conjugado com o disposto no artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na categoria da técnica superior Margarida Teles Afonso, na Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e mantido o mesmo posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional do organismo de origem — Câmara Municipal de Odiveelas, entre a 3.ª e a 4.ª posição remuneratória, e entre o 19.º e o 23.º nível remuneratório, a que corresponde o montante de 1.579,11 €. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

28 de junho de 2012. — O Presidente do Conselho Executivo, *Germano Farias Martins*.

206216178

Inspecção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Despacho n.º 9086/2012

Ao abrigo do disposto no artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril, e nos termos do disposto no artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 81-A/2007, de 31 de julho, determino a prorrogação, nos mesmos termos, da designação do licenciado Jorge Manuel Gabriel Xarepe como chefe da Equipa Multidisciplinar de Controlo da Legalidade e Regularidade, do mestre José Manuel Rosa Lopes Baptista como chefe da Equipa Multidisciplinar de Auditoria e Controlo Técnico e da licenciada Sandra Filomena Moura Simão Soares como chefe da Equipa Multidisciplinar de Apoio e Coordenação Inspetiva.

O presente despacho produz efeitos desde 4 de janeiro de 2012 e 8 de fevereiro de 2012, respetivamente, até à data da entrada em vigor da Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego.

21 de junho de 2012. — O Subinspetor-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Carlos Fernando Rodrigues*.

206215424

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 942/2012

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por Deliberação do Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP, de 19 de abril de 2012, e por autorização da Secretária-Geral do ex-Ministério das Obras Públicas